

Governo deve privatizar a Eletrobras? SIM

DUTRA, Joisa. "Governo deve privatizar a Eletrobras? SIM". Folha de São Paulo. São Paulo, 26 de agosto de 2017.

O governo federal anunciou nesta semana a intenção de privatizar a Eletrobras. Maior empresa do setor elétrico na América Latina, possui ativos contábeis de R\$ 120 bilhões, atuando na geração, transmissão e distribuição de energia.

A primeira tentativa de vendê-la deu-se em 1996, com o Programa Nacional de Desestatização; entretanto, apenas a parte de geração da Eletrosul foi negociada, originando a Tractebel (atual Engie).

Passados mais de 20 anos, o país se vê em situação similar. Inicialmente, seis distribuidoras controladas pela holding foram incluídas no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do governo federal.

Há muito o grupo tenta melhorar sua performance, sem sucesso. Logo após a publicação da MP 579/2012, a Eletrobras perdeu pouco mais de 50% de seu valor de mercado. Mais ainda, a adesão da companhia à proposta de renovação das concessões deu lugar a uma condenação da União na CVM por abuso de poder de controle.

A privatização tem potencial de gerar ganhos expressivos de valor nesse quadro, como mostra a experiência internacional e mesmo outros setores no país. Para isso, necessita ocorrer em processo articulado e com viabilidade jurídica duradoura, contemplando os seguintes pontos:

- 1) Definição do papel da empresa sucessora, reduzindo sua posição dominante (para menos de 25%) na geração.
- 2) Alienação do controle de empresas subsidiárias de geração e transmissão à participação privada. A nova Eletrobras deveria permanecer com um conjunto de ativos de geração rentáveis e como instrumento para investimentos no setor. Todavia, há chance de parte expressiva das subsidiárias de geração e transmissão passar por alienação de controle, o que pode ser mais abrangente na transmissão, pois o arranjo regulatório em vigor reduz riscos de exercício de poder de mercado.
- 3) Desestatização das distribuidoras, criando oportunidade de implantação de soluções off-grid com critérios regulatórios diferenciados, que possibilitem aumentar valor de venda e atender aos desafios de prestar serviços em áreas remotas.
- 4) Conversão do Cepel (Centro de Pesquisas de Energia Elétrica) em instituto privado de pesquisas. Um instituto com boa governança poderia promover inovação tecnológicas, atraindo capitais internacionais e recebendo parte dos recursos hoje alocados a projetos de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética.
- 5) Finalmente, atração de capitais privados através da venda parcial das ações da União na nova Eletrobras, diluindo a posição do acionista controlador.

Diversas tentativas foram feitas para insular a Eletrobras de riscos e intervenções políticas que a comprometessem. Todavia, não foi possível preservá-la e não há evidências de que seja possível reverter esse quadro.

A gestão privada pode aumentar significativamente a eficiência no uso dos recursos, conferindo agilidade à companhia para que possa produzir riquezas de modo sustentável -ambiental e socioeconomicamente. A privatização é decisão adequada e com enorme potencial de geração de ganhos para a sociedade. Que seja feita, porém, com cuidado, para equilibrar objetivos de curto e longo prazos.

JOISA DUTRA é doutora em economia pela Fundação Getulio Vargas, foi diretora da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica)